

As grandes dicotomias éticas de IA

A ascensão da inteligência artificial (IA) trouxe benefícios significativos para a sociedade, mas também desafios éticos profundos. Entre os principais dilemas éticos, evidenciam-se as questões relacionadas com a vigilância e o abuso de poder, armas autónomas e a falta da componente humana, a acessibilidade à informação *versus* a manipulação de dados, a automatização e a responsabilização, além da segurança da informação e o impacto na liberdade de expressão.

Começemos com a vigilância baseada em IA – um tema controverso – por um lado, as questões de segurança pública são cada vez mais uma preocupação, contudo, podemos igualmente refletir sobre como um eventual reforço em vigilância pública poderá levar a uma erosão da privacidade. Sistemas de reconhecimento facial, monitorização de redes sociais e análise de grandes volumes de dados podem ser utilizados para identificar ameaças e prevenir crimes? Sim, mas o que então estamos dispostos a sacrificar em prol disso? O uso indiscriminado de tais tecnologias, por governos e empresas, levanta preocupações sobre o abuso de poder, ausência de privacidade, e em como esses dados poderão vir a ser utilizados e sobretudo, qual a sua finalidade. A acrescentar, também no campo da investigação forense, a IA tem sido um recurso valioso para analisar provas digitais, identificar padrões criminais e até identificar suspeitos. No entanto, modelos de IA treinados em bases de dados tendenciosas podem apresentar erros ou até mesmo reforçar estereótipos sociais que se podem refletir num sistema no qual a justiça pode ser enviesada por falhas técnicas.

Outro dilema ético, e este é particularmente relevante nos dias de hoje, diz respeito à crescente utilização de armas autónomas letais, que podem operar sem intervenção humana. O uso de IA em conflitos militares lembra-nos um pouco alguns discursos políticos mais inflamados – com promessas de maior eficiência e redução de baixas entre soldados, apregoando ainda uma maior automatização e apoio na tomada de decisão, parecendo quase que já nem serão necessários meios humanos.

Face a estes factos, a questão é, como podemos “descartar” humanos de uma situação profundamente humana? Como podemos simplesmente eliminar o julgamento moral e a empatia humana em decisões de vida ou morte? Principalmente, tendo em conta o peso da decisão e a grande probabilidade de resultar em tragédias irreparáveis, como um ataque a um alvo errado e a própria impossibilidade de distinguir situações complexas e/ou particulares de combate. Isto leva-nos a refletir também sobre a própria responsabilização, seja em cenário de guerra, seja em decisões críticas em áreas onde IA é cada vez mais aplicada, como é exemplo crítico, o setor da saúde. Quem deve ser responsabilizado por um diagnóstico incorreto feito por uma IA, ou um erro de precisão numa cirurgia realizada por um robot? A falta de regulamentação adequada pode levar a

um cenário onde instituições, empresas e fabricantes evitam o peso da responsabilização, enquanto indivíduos são impactados por erros algorítmicos sem qualquer possibilidade de recurso.

A acessibilidade à informação é outro dos grandes avanços proporcionados pela IA, permitindo que pessoas de todo o mundo tenham um acesso rápido a conhecimento e a dados relevantes – as tais promessas milagrosas. Contudo, essa mesma tecnologia pode ser igualmente utilizada para manipulação de informações e disseminação de propaganda, algo que os regimes autoritários são particularmente fãs. Além de, os algoritmos de “recomendação” favorecerem conteúdos tendenciosos, reforçando as “bolhas” ideológicas e a polarização social, também a própria utilização da IA para criar deepfakes e falsificar notícias enfraquece a confiança nos Media e na verdade objetiva, tornando cada vez mais difícil distinguir factos reais de desinformação. A própria segurança da informação e a liberdade de expressão frequentemente entram em conflito quando se trata de IA.

Apesar das vantagens da tecnologia na moderação de conteúdo poderem identificar discursos de ódio e desinformação – e assim proteger o espaço digital – essas mesmas tecnologias podem ser utilizadas para censurar opiniões legítimas e restringir o debate público. Na China, por exemplo, a IA tem sido frequentemente utilizada para controlar narrativas políticas, silenciar vozes contrárias ao Governo e inundar redes sociais com narrativas específicas através de bots e ML (machine learning) para identificar o público mais suscetível e, em seguida, “disparar” rápida e intensamente essa (des)informação personalizada para o grupo-alvo. Uma inteligência artificial nunca será dotada de ética – cabe aos humanos ter essa consciência e discernimento, nas escolhas que fazem ao recorrer à tecnologia.

Bruno Castro,
Fundador & CEO da VisionWare. Especialista em Cibersegurança e Investigação Forense